

Modelos de civilização para o Brasil do século XIX

TÂNIA ZIMMERMAN
Professora de História da Unipar

Resumo

O artigo aborda algumas imagens construídas pelos personagens Johann Jacob Sturz e Heinrich Handelmann sobre o Brasil. Nestas imagens estavam refletidas idéias sobre o progresso, um futuro melhor, a raça, a imigração, a sociedade brasileira e os interesses econômicos. Algumas dessas idéias construídas permaneceram em certas explicações sobre o Brasil, principalmente na Europa contemporânea.

Palavras-chave: Civilização; Imigração; Interesses econômicos.

Abstract

The article approaches some images made by the characters Johann Jacob Sturz and Heinrich Handelmann about Brazil. On these images, ideas about progress, better future, race, immigration, Brazilian society and economical interests were reflected. Some of these ideas remained in some explanations about Brazil, mainly in the contemporary Europe.

Keywords: Civilization; Immigration; Economical interests.

A civilização, que transforma a superfície da terra, também expulsa, extingue os seres mais fracos e mesmo no final, ameaçando a humanidade, arrasta insaciável na sua voragem toda a natureza.¹

HEINRICH HANDELMANN E JOHANN Jacob Sturz² e tantos outros europeus que buscaram *descobrir* o Brasil, construíram, com seus *olhares externos*, imagens do país com fortes traços da cultura de origem. Por tais motivos, procuraremos tecer algumas considerações a respeito do contexto alemão nos séculos XVIII e XIX e do sentido dado ao conceito de *civilização*. Abordaremos, também, a maneira como o conceito foi usado nas línguas francesa e inglesa, pois nossos personagens transitavam pelo mundo intelectual europeu.

Segundo Norbert Elias,³ civilização seria um conceito ligado a diferentes fatores (*Fakten*): desenvolvimento das técnicas, costumes, desenvolvimento de conhecimentos científicos, idéias religiosas, visões de mundo e muitas coisas mais. Esses fatores traziam à tona a imagem que o Ocidente nutria de si mesmo. Primeiramente, expressava o sentimento de superioridade das chamadas classes superiores sobre as consideradas inferiores e, depois, o das nações ocidentais como um todo sobre as demais regiões no mundo, com vistas à legitimação da colonização. Essas sociedades procuravam caracterizar-se pelas suas especificidades e por aquilo que lhes conferia orgulho (*Stolz*). Essas especificidades, tais como atitudes, sentimentos e modos de conduta, eram tidas como *naturais*.

Ainda segundo Elias (1997, p. 90), civilização não significou o mesmo para diferentes nações. Na Alemanha, o conceito referia-se a algo útil, um valor de segunda importância, que compreendia apenas a aparência externa dos indivíduos, ou seja, a “superfície da existência humana”. Wilhelm von Humboldt definiu a civilização como “a humanização dos povos nos seus usos e costumes externos”.⁴

Para os franceses e ingleses, o conceito de civilização podia referir-se aos fatos políticos, sociais, econômicos, religiosos e morais. Enfim, a civilização representava “o orgulho pela importância de suas nações para o progresso do ocidente e da humanidade” (Elias, 1997, p. 90).

Na Alemanha, o termo civilização fora utilizado em segundo plano, dando lugar ao termo cultura (*Kultur*). Quanto ao conceito *Kultur*, o seu significado central era atribuído, na língua alemã, ao intelectual, ao artístico, aos fatos religiosos e demarcava fronteiras nítidas com os fatos políticos, econômicos e sociais. Este conceito referia-se ao produto das pessoas nas obras de arte, nos livros, nos sistemas filosóficos ou religiosos (Elias, 1992, p. 129-130).

Os termos *deutsche Kultur* e *la civilisation française* tinham características semelhantes quanto aos atributos imutáveis e eternos de uma nação. Além disso, perpassavam a maneira como alemães e franceses queriam que seu mundo fosse visto, julgado e aceito. A diferença, apontada por Norbert Elias, é que o termo civilização para os franceses expressava nacionalismo e expansionismo, o que não estava presente no termo alemão *Kultur*. No século XX, o termo *Kultur* passou a designar cultura nacional, deixando para o segundo plano os valores humanistas e morais e constituindo-se num símbolo de *nós-imagem*.⁵

Elias observou ainda que, de forma geral, o conceito de civilização amenizou as diferenças nacionais entre os povos ocidentais, acentuando o que havia de comum entre eles, ou seja, a sua autoconsciência, cujas fronteiras e especificidade desde séculos não estavam nas discussões, por estar profundamente arraigadas entre os povos. Os indivíduos esqueceram o seu próprio processo de civilização e o viam como algo herdado. Conforme o autor citado, esse processo estaria concluído internamente nas sociedades ocidentais do século XVIII para o XIX, e os indivíduos se sentiriam então como porta-vozes desse modelo de civilização (Elias, 1992, p. 130). Nossos personagens Handermann e Sturz perpassaram essa idéia, pois compreendiam a civilização como um movimento, cuja essência era ultrapassar as fronteiras da Europa, impondo-se ao resto do mundo em nome de uma cultura mais perfeita e mais humana.

Para Elias, de todo esse processo civilizatório ficou na consciência desses povos nada mais do que um sentimento vago. O resultado aparece então como expressão de talentos próprios. A questão de como se chegou lá não interessa. E a consciência da própria superioridade, a consciência dessa civilização serviu, a partir daí, para algumas nações, que buscavam expandir a colonização além-Europa, como um conceito, cujo uso justificaria os seus domínios. Essa consciência da superioridade européia teve então um grande impulso (Elias, 1997, p. 153).

Nos escritos de nossos personagens há uma forte presença do conceito de civilização que posteriormente procuraremos, dentro de nossas limitações, exemplificar. Antes, convém revermos parte do mundo vivido por esses personagens, o que poderá contribuir para entendermos aspectos de seus pensamentos, comportamentos e sentimentos.

O contexto alemão, quando comparado ao francês e ao inglês, não era afetado com a mesma intensidade pelas transformações advindas da Revolução Industrial e do capitalismo, que buscava sua consolidação. Também outros fatores, como a unificação nacional (1871) e a democracia parlamentarista, ocorreram mais

tardiamente do que os da França e da Inglaterra. Isso justificaria a especificidade do pensamento liberal alemão, adaptado às condições históricas com a influência de modelos do liberalismo clássico inglês e francês. Muitos dos representantes das idéias liberais acreditavam na “inevitabilidade do progresso e nos benefícios do avanço econômico e científico, juntamente com a crença nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores” (Lisboa, 1997, p. 138).

Aos olhos dos liberais, o século XIX vem a ser o grande século do progresso. O progresso era importante para a classe média alemã, chamando a atenção para os avanços que já tinham sido realizados pela humanidade.

A classe média alemã, formada principalmente pela chamada burguesia nascente, permanecia excluída dos círculos de poder dominados pela nobreza burocrática e militar. Os códigos dessa nobreza eram a honra, a civilidade, as boas maneiras, a conveniência, a diplomacia. A violência era usada de forma cavalheiresca, principalmente nos duelos. Segundo Norbert Elias, a exclusão da classe média de cargos governamentais levou-a a desenvolver um código próprio de comportamentos e de sentimentos: moralidade, ideais de igualdade e de humanidade. Conforme o autor, era um código “mais de virtude que de honra”.⁶ Esse discurso pode ser percebido em Wilhelm von Humboldt, o qual considerava que “nada é mais importante em um alto funcionário público do que estar voltado para todas as direções da humanidade”.⁷

A burguesia alemã da segunda metade do século XVIII inseria as realizações culturais, tais como a filosofia, a literatura e a ciência, na mais alta escala de valores. O conceito de cultura que, segundo Elias, era um símbolo de autoconsciência e auto-estima da classe média, tinha presentes os códigos de moralidade e humanidade limitados aos círculos burgueses (Elias, 1992, p. 111).

O conceito de *Kultur* foi adotado pela classe média do século XVIII para expressar sua auto-imagem e seus ideais humanitários. De Schiller a Goethein, diz Elias, percebe-se como a *intelligentsia* da classe média alemã conservava o seu amor-próprio, sua integridade pessoal e o sentido do seu próprio valor, não se identificando inteiramente com o Estado administrado pela nobreza. Priorizavam-se os valores humanistas em detrimento dos valores nacionais (Elias, 1992, p. 125).

Esses valores, códigos e comportamentos da classe média deveriam ser válidos para todos os tempos e lugares. Entretanto, a sociedade cortesã aristocrática desprezou em parte esse modelo burguês, mantendo o código de honra guerreiro, reforçando assim a desigualdade, a dominação e a subordinação.

Os nossos personagens utilizaram em seus discursos alguns traços dos códigos morais e humanitários desenvolvidos pela classe média alemã. Eles acreditavam nos direitos dos seres humanos e no progresso natural da humanidade. Seus discursos sobre política e economia traziam à tona o ser europeu, a idéia de pertencimento e uma suposta superioridade psíquica, física, comercial, industrial e tecnológica. Percebe-se que Spix, von Martius e Sturz também se aproximaram do conceito francês e inglês de civilização.

Sturz e Handelman traziam inquietações, principalmente para o Brasil, com relação às questões de progresso que necessariamente deveriam resultar em mudanças administrativas no governo brasileiro, trazendo benefícios não somente para a colonização alemã, mas para o país como um todo. Para eles, o *futuro melhor* no Brasil ocorreria, sobretudo, longe do poder dos latifundiários, pois acreditavam que no país se deveria fazer uma reforma agrária. A existência de grandes propriedades era, segundo Sturz, “hum obstáculo insuperável da civilização homogênea da nação, impossibilitada pelos grandes vultos da escravidão mantidos em pé pela lavoura grande”.⁸

Uma civilização baseada num *estilo tropical* era o propósito desses personagens, pois acreditavam que determinadas sociedades poderiam passar de um estágio inferior para um estágio mais avançado e por isso viam com esperança e confiança um *futuro melhor* para o Brasil. Para que isso ocorresse, esses autores tinham como um de seus objetivos principais modernizar a cultura brasileira. Enfim, para eles, era preciso implantar a civilização ocidental nos trópicos.

Em vários de seus escritos, esses personagens demonstravam acreditar que, na América do Sul, o progresso seria inevitável, pois os avanços econômicos e científicos, aliados à virtude de uma administração burocrática, trariam enormes benefícios, melhorando ainda mais, no futuro, as condições da humanidade. Segundo Sturz, o progresso material de um país é “a multiplicação dos meios de aproveitamento e do desenvolvimento dos seus recursos, do aumento de sua produção”. A eficácia desse modelo seria a concentração razoável da população trabalhadora livre.⁹

Já a ciência era para nossos personagens o braço mais elevado da humanidade, e os portadores da ciência eram os europeus. A ausência desse modelo no Brasil justificaria sua inferioridade. Para Sturz e von Martius¹⁰ faltava ao Brasil um instituto que fosse o “centro de todos os esforços científicos”, cuja tarefa especial seria o exame geológico em detalhes de todo o país. Com relação a esse instituto, Sturz afirmou:

Na verdade, um apreçamento claro do período em que vivemos, do seu espírito e de suas exigências aponta a necessidade de hum *instituto público* que formasse huma *ponte de junção* entre a administração do estado e a sciencia [...] e por isso deveria haver, sobretudo no Brasil, payz tão atrasado em sciencias theoricas e practicas por causa de sua antecedenca portugusa.¹¹

Com relação a isso, Renan afirmou naquele século que “a base de uma nação civilizada é a ciência”.¹² Martius, Handelmann e Sturz partilharam dessa idéia, observando que civilização e ciência deveriam andar juntas para o progresso de um país. Essa observação deveria ser válida para o Brasil, pois, para eles, o domínio dos homens sobre a natureza seria o gesto fundador da civilidade. Em uma correspondência para Sturz, Martius afirmou que os recursos naturais seriam a salvação do Brasil; para explorá-los seria preciso a aplicação de métodos e técnicas científicas. Em carta de 4 de agosto de 1840 para Sturz, Martius teceu as seguintes considerações sobre a agricultura:

A agricultura trópica deve ser desenvolvida de princípios da physica mui differentes. Mas esta he a questão que até hoje não tem sido feita scientificamente nem no Brasil nem em outro qualquer payz americano Tropico. A aplicação dos principios da ciencia deveria ser feita na agricultura domestica tendo por base um conhecimento intimo.¹³

Contudo, para Martius, a grande dificuldade estava em “achar methodos”. A princípio, partia da idéia de que não bastaria educar brasileiros na Europa, pois estes pouco contribuiriam para a nação brasileira, mas seria preciso buscar europeus ainda moços para aqui difundirem métodos e técnicas, sobretudo agrícolas, adaptadas à realidade de cada região. Posteriormente, métodos seriam criados em escolas práticas no Brasil.

Para isso, o apoio do imperador D. Pedro II era muito importante, principalmente porque o Imperador estava à frente de modelos evolucionistas e social-darwinistas, buscando construir cuidadosamente a imagem do país (Schwarcz, 1993, p. 31). Essa construção se daria através de eventos denominados de exposições universais. Segundo Lília M. Schwarcz:

Nesses eventos, o Brasil que já era conhecido como um lugar privilegiado para a visita dos viajantes naturalistas, passa pedagogicamente a apresentar-se como um país novo. Não mais a mata e a selvageria deveriam ser carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica (Schwarcz, 1993, p. 31-32).

Ainda segundo essa autora, a situação do país em fins da desastrosa guerra do Paraguai e da relativa estabilidade econômica advinda com a produção cafeeira fariam com que se buscasse diferenciar o Brasil dos demais países latino-americanos, com relação à civilidade e ao conhecimento europeus. A monarquia buscava afirmar sua feição européia, e o caráter civilizacional do império estava aberto para as tecnologias e as idéias de progresso ocidentais. Por isso, nossos personagens não encontraram entraves para exportar algumas idéias da Europa para o Brasil.

Escritos de Sturz, Handelman e Tavares Bastos¹⁴ buscavam dar proximidade à feição européia por meio da imigração branca, que representaria um instrumento da civilização, cujo avesso seria a escravidão e a grande propriedade. A abolição da escravidão era uma das medidas necessárias para tornar o Brasil um país civilizado. A emigração para o Brasil era um assunto que recebia cada vez mais atenção em inúmeras publicações dos nossos personagens.

Por considerar que a abolição da escravatura estava próxima, Sturz e Handelman sugeriram que, para a crescente necessidade de trabalhadores, fossem trazidos, além de emigrantes europeus, os *cules*,¹⁵ e quando não fossem mais necessários, eles retornariam para a Ásia. Dessa maneira, esses trabalhadores que viriam para o Brasil não “representariam um atraso para o processo civilizatório”. Para o historiador alemão Reinhardt Wagner,¹⁶ diversas tentativas de trazer *cules* para o Brasil não deram certo. O argumento dos que eram contrários a isso tinha a ver com a questão racial. Principalmente nos anos de 1850 a 1870, os tratados favoráveis ou contrários à vinda desses emigrantes manifestavam preconceitos raciais.

Memorando¹⁷ expedido pelo governo brasileiro continha relatórios oficiais de acordo com os quais não se acreditava que a emigração chinesa “salvara as colônias inglesas em época muito arriscada”, mas o governo em crise igual iria tentar um ensaio desse gênero de trabalho. Nesse memorando, esclarecia-se que os *chins* substituiriam o escravo negro. Mas, para o governo, a *raça chinesa* não era conhecida no Brasil. “Os contratos dos trabalhadores deste gênero não estavam a fácil alcance”. No documento, o governo tinha interesse em trazer chineses, mas faltava o apoio da câmara e da imprensa, além dos “embaraços postos pelos agentes do governo dos Estados Unidos que proibiram o transporte de tais trabalhadores em navios americanos que são os que os podem trazer por menos preço, e mais facilmente”.

De acordo com Sturz, “os *cules* são fáceis de governar, eles são jornaleiros, agricultores, bons cidadãos, quietos e de boa conduta, o mal é de que seu

número não he sufficiente e que não há descendentes porque não vem mulheres com elles”. Os *cules* eram indicados para trabalhar em vários países da América, pois competiriam com a escravidão negra e indígena, aumentando a exportação do açúcar em Cuba, do café e do açúcar no Brasil e do algodão na América do Norte. Essas idéias seriam de “grande alcance na questão do *futuro aproveitamento das regiões Americanas* dentro dos trópicos e do *aproveitamento dos braços Asiaticos* em grande escala”.¹⁸ Em outro artigo, Sturz procurou mostrar que havia uma falsa idéia sobre os *chins*, reforçando suas boas qualidades e afirmando que eles tinham “devoção real a ordem e a paz que he remarcavelmente observador e industrioso e quanto á preservação ao trabalho não *cede a raça nenhuma européia!* Que os defeitos dos Chins procedem de sua incapacidade como theoréticos, da sua idolatria, do seu péssimo governo e do despotismo que os oprime”.¹⁹

Uma futura emigração de *chins* em larga escala seria, portanto, destinada para o Norte do Brasil. Tavares Bastos e Sturz concordavam com essa idéia. Segundo Sturz, esses trabalhadores, após obterem certa soma de capital, voltariam ou seriam mandados para a Ásia. Para nossos personagens, a não-fixação de chineses estaria justificando a vinda de emigrantes alemães para colonizar o Brasil.

Entretanto, o memorando do governo via de forma negativa a vinda de emigrantes asiáticos, dando preferência a emigrantes europeus. A princípio, “os países mais próprios para a emigração eram a Basiléia, Francfort, Dresde, Bremen, Gênova, etc.” Porém, com relação aos emigrantes europeus, estes teriam de ser escolhidos, pois o governo deveria evitar que entrassem no Brasil “vagabundos, criminosos ou mesmo homens que nunca afeitos aos trabalhos do campo, a elles não possam depois sujeitar-se”. Assim, o tipo ideal eram os “colonos industriosos e moralizados”.

Este modelo também estava presente em um artigo publicado na Revista Americana, pelo qual se rejeitava a introdução de escravos negros e se afirmava a necessidade de “gente industriosa e de boa conducta”. Os alemães eram os mais industriosos, suprimindo a falta de braços e de população. Segundo o artigo, “os allemaes ja mesmo tem dado provas bem evidentes dos beneficios que podem trazer ao Brasil, e ali esta a Colonia Leopoldina so d’elles composta, que bem alto falla em seu favor”. Ainda conforme esse artigo, havia a necessidade de afastar os “maus europeus” e, quanto aos chineses, afirmava-se: “Não se diga que só os africanos podem suportar o ardor do nosso clima e soffrer os estragos da folha da cana; os chins suportarão isso com mais paciência, com mais resignação, mesmo esses europeus empregados nos penossísimos trabalho da minas não sentirão alívio vendo-se nas lavouras de cana?”²⁰

Nesse discurso, os chineses industriais e os negros africanos eram “recheados de immoralidades” e o aumento deles no Brasil seria um erro. Esse texto desclassificava os trabalhadores negros, procurando reforçar que os brancos europeus eram “superiores e trazedores da civilização” e que os asiáticos (*raça média* na classificação de Le Bonn e Buffon) poderiam até ser usados, desde que não se fixassem no país. A classificação de Sturz e Handelmann parecia estar baseada nas idéias de Buffon: “no cume se encontram as nações da Europa setentrional; logo abaixo os outros europeus, depois vêm as populações da Ásia e da África, e, na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos” (Todorov, 1993, p. 115).

Com relação à classificação de trabalhadores imigrantes, o historiador alemão Heinrich Handelmann (1827-1891), em uma de suas obras consideradas clássicas sobre o tema *Geschichte von Brasilien (História do Brasil¹)* justificou a emigração branca européia:

Comparado aos três continentes do chamado Velho Mundo, inesgotável matriz de povos vibrantes de vitalidade, forma vivo contraste, como se sabe, o Novo Mundo, a América; a raça índia, em geral, mostra pequena capacidade vital, e já se vai extinguindo em muitos lugares; e assim como no solo da América foi a imigração estrangeira que veio despertar a vida histórica, assim ela fica sendo contínua necessidade para os seus países, a fim de que a vida histórica e o desenvolvimento espiritual e material prossigam sempre, como até aqui (Handelmann, 1978, p. 339).

Segundo Handelmann, o parâmetro europeu de civilidade já se fazia presente em países americanos, “porém entre os países onde a maior escala dessa necessidade existe e onde a todos os espíritos esclarecidos ela se faz mais profundamente sentir, o Brasil está atualmente em primeiro lugar”. O *vazio demográfico* deste gigantesco país seria só resolvido mediante a imigração européia. Quanto à dispersão de pessoas no Brasil, era preciso “entreligar com os laços da civilização” (Handelmann, 1978, p. 339).

A obra de Handelmann, *Geschichte von Brasilien*, foi publicada após a demissão de Sturz. Na sua introdução mencionava que Sturz teria sido o primeiro a afirmar a seguinte verdade:

A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus, e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais (Handelmann, 1978, p. 26).

Nessa obra, Handelman trouxe à tona idéias de um setor da elite brasileira que partilhava da crença de que a população livre existente no Brasil rapidamente cairia na preguiça e na ociosidade:

Como se sabe, a população livre, mesmo o homem de condição comum, tem sido até aqui completamente indolente, preguiçoso e avesso a todo esforço físico; agora, despontando a penúria e, à falta de trabalhadores, elevando-se o salário consideravelmente, poder-se-ia ser levado a admitir que sobreviria uma alteração a esse respeito (Handelman, 1978, p. 27).

Com esse discurso, Handelman afirmava que a população livre existente no Brasil não seria ideal para construir o país do progresso, pois julgava o “homem do povo” como alguém que jamais se sujeitaria a fazer o trabalho do escravo, preferindo viver na pobreza e independente, já que “prefere tal vida à riqueza, se, para alcançá-la, tiver que trabalhar” (Handelman, 1978, p. 342).

Civilização, raça e progresso eram aspectos centrais para Handelman, os quais dariam o sustentáculo para o crescimento econômico do país. Esses conceitos excluía negros, índios e outros grupos étnicos, buscando construir de forma duradoura a fronteira entre imigrantes europeus e outras etnias. Essa postura também se fez presente em Sturz. Ambos viam o conceito de *raça* como imutável quanto às crenças, valores, língua, regras de conduta etc. Em pouco de seus escritos, Sturz fez menção aos índios, o que mostra sua omissão com relação a este segmento da sociedade brasileira, justificada pela necessidade extrema de dar voz apenas aos imigrantes alemães.

De modo geral, pode-se sugerir que Handelman fez uma releitura de escritos de Sturz, identificando o trabalhador livre europeu com dinamismo e prosperidade e o trabalho escravo negro, como seria o seu oposto. Portanto, este deveria ficar segregado dos imigrados brancos da Europa.

Quanto a isso, Sturz era da mesma opinião de Handelman e do *Kölner Zeitung*: os alemães no Rio Grande do Sul, apesar da desordem no país, prosperariam (Sturz, 1868, p. 20).

Com a abolição da escravidão, os colonos que se estabeleceram no Norte do Brasil iriam se juntar aos do Sul, e os ex-escravos iriam para o Norte. Para Sturz, a convivência dos alemães com os negros não seria possível. Os emigrantes alemães iriam para o Sul “próspero”, enquanto, no Norte, se estabeleceria “decadência social”, devido às “confusões” na administração pública. Nesta obra, o darwinismo social estava presente, como aponta Giralda Seyferth:

O darwinismo social - principal doutrina racista vigente na passagem do século - radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) - no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.²²

Sturz, em sua obra *Die Krisis der deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*, criticou a miscigenação crescente no Brasil. Para ele, o imigrante alemão deveria ir para um lugar onde houvesse etnias com afeições iguais ou semelhantes, um “parentesco com a alma”, e, no Brasil também os portugueses apresentavam diferenças. A religião católica e o fanatismo dos portugueses estariam distantes do protestantismo alemão (Sturz, 1862, p. 80).

De fato, afirmou Sturz, os alemães não harmonizam com os descendentes de etnias sul-europeias, muito menos com os crioulos, cujos caracteres de descendência, com o decorrer dos anos, sob diversas circunstâncias, miscigenaram ou se corromperam. Para ele, a natureza os corrompeu através dos múltiplos cruzamentos com o sangue dos “*farbigen*” (mulatos). O autor comparou o Brasil com os Estados Unidos, dizendo que aqui havia, em proporção com a população branca, mais negros e mulatos do que naquele país, e isso justificaria em parte nosso atraso (Sturz, 1862, p. 82).

Sturz, apesar de querer levar em consideração algumas das observações de A. von Humboldt, o qual afirmou que se deveria ver as raças sem preconceitos, sustentou contrariamente a idéia de que nenhum cruzamento seria vantajoso.²³ Nesta obra, Sturz partilhou do determinismo racial, pois via de forma pessimista a miscigenação, entendendo-a como um erro e reforçando, dessa maneira, que as raças constituiriam fenômenos finais e imutáveis.

O autor buscou enaltecer o tipo puro que existiria se isolado de outros. Por outro lado, buscou ver a mestiçagem como uma degeneração não só racial, mas sobretudo social. Idéia semelhante sobre o Brasil estava presente no trabalho de Gobineau (1853), que atribuía a decadência das civilizações aos “excessos de mestiçagem” (Seyferth, 1996, p. 43).

Na questão da miscigenação, Handelman acreditava que uma boa política de colonização poderia levar a “fusão para a unidade da raça” com os portugueses, mas os negros deveriam permanecer no Norte e no Nordeste do país, e os índios estariam condenados ao desaparecimento. Martius aprofundou a questão da miscigenação, entendendo-a como uma alavanca para a civilização, mas esta deveria ser conduzida pelos portugueses, pertencentes à “raça caucásica”, ou seja, através destes o caminho estava aberto para a “cultura e a salvação” do

Brasil. Esses personagens contribuíram para abrir o caminho que construiu o mito da “democracia racial” existente até hoje.

Como pode ser deduzido desta discussão, o conceito de raça era um dos pontos de sustentação para explicar e compreender as diferentes sociedades, principalmente na América e na Europa. Sturz atribuía a “péssima” situação econômica, política e social da América do Sul às raças luso-espanholas. Essas sociedades eram vistas como decadentes e como as mais pobres e incapazes das nações latinas na condução da estabilidade política e econômica.

Tanto Sturz como Handelman buscaram enaltecer os alemães, bem como a si próprios, como a raça cujos valores eram dignos, desprezando os valores de outros povos. A imagem que esses personagens faziam da alteridade, ou seja, dos índios, dos negros, dos luso-brasileiros, dos hispano-americanos e dos asiáticos, servia de objeto para a dominação e a conseqüente exploração econômica. Em tais casos, como afirmou François Laplatine, “o outro não é considerado para si mesmo. Mal se olha para ele. Olha-se a si mesmo nele” (Laplatine, 1991, p. 52).

O modelo de civilização desses personagens estabelecia uma fronteira nítida entre os povos europeus, principalmente alemães, e outros povos. Atribuíram sobretudo aos portugueses católicos a decadência da civilização, pois estes estavam mais sujeitos à imoralidade e à degeneração. Dessa forma, buscavam ausentar-se da culpa da violenta expansão européia no Novo Mundo, fazendo a colonização alemã aparecer como “inocente” na corrida imperialista.

Entretanto esses autores não sustentaram a idéia de um Brasil idílico. Suas visões sobre progresso, ciência, raça, futuro melhor e civilização legitimaram, de certo modo, a idéia de que o país era um “Dom de Deus e da Natureza, de povo pacífico, ordeiro, alegre e sensual e onde se plantando tudo dá”. Além disso, permaneceu no imaginário a idéia de que existe uma sociedade onde alguns mandam, e por isso são possuidores de direito, enquanto outros, que são a maioria, jamais são reconhecidos como subjetividade e alteridade.

Apesar do século que nos separa dos personagens, o tema continua atual. Como afirmou Eric Hobsbawm, atualmente a fronteira entre civilização e barbárie na Europa ou em qualquer lugar do planeta ocorre entre ricos e pobres, entre aqueles que têm acesso ao luxo, à formação e à informação sobre o mundo e os que nada têm (Hobsbawm, 1996, p. 40).

Notas

1 SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 26, 3 v. e atlas. (*Die Civilisation, welche die Oberfläche des Erdbodens umformt, sie vertreibt zugleich, sie verändert, vernichtet die schwächeren Geschöpfe; unersättlich, am Ende selbst die Humanität bedrohend, reisst sie die ganze Natur um sich her in ihren mächtigen Strudel hinein*).

2 Johann Jacob Sturz, Cônsul Geral do Brasil na Prússia (1842-1858), tinha como tarefa principal trazer emigrantes alemães para o Brasil, e Heinrich Handelmann, historiador alemão, escreveu uma das obras consideradas clássicas sobre o Brasil: *História do Brasil (Brasilien Geschichte, 1860)*.

3 ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilization. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes*. 20. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 89. Elias utiliza este conceito, no sentido teórico e social, como uma imposição de controles externos e especialmente internos em relação a manifestações emocionais, inclusive irrupções de violência destruidora. Veja-se também, do mesmo autor, *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. (Publicado na Alemanha em 1992).

4 RIDLEY, Hugh. “Annäherungen an den dynamischen Zeitgeist. Geographische Zeitschriften im Vormärz”. In: LAUSTER, Martina (Hrsg.). *Deutschland und der europäische Zeitgeist. Kosmopolitische Dimensionen in der Literatur des Vormärz*. Bielefeld: Aisthenis Verlag, 1994, p. 91. (...*die Vermenschlichung der Völker in ihren äußeren Einrichtungen und Gebräuchen ...*).

5 ELIAS, Norbert. *Os Alemães...*, p. 129-130. Segundo o autor, as classes médias de países europeus durante o período de sua ascensão tinham sido orientadas para o futuro. *Uma vez elevadas à posição de classes dominantes, suas seções de liderança e suas elites intelectuais [...], trocaram o futuro pelo passado a fim de basear neste sua imagem ideal delas próprias.[...] O cerne da 'nós-imagem' e do 'nós-ideal' delas foi formado por uma imagem de sua tradição e heranças nacionais*.

6 ELIAS, Norbert. *Os alemães...*, p. 132-133. Este autor considerava como sendo pertencentes à classe média as pessoas que normalmente trabalhavam para ganhar a vida. Norbert Elias, em uma das teses desta obra, afirma que a classe média alemã fracassara ao tentar unificar a Alemanha. Essa unificação deu-se sob a liderança da nobreza militar, significando uma vitória desta sobre a classe média alemã. A

burguesia, ao conquistar espaço político, gradualmente começava a adotar alguns códigos da nobreza: honra, civilidade, boas maneiras, conveniência e diplomacia.

7 RIDLEY, Hugh. Annäherungen an den dynamischen Zeitgeist. Geographische Zeitschriften im Vormärz. In: LAUSTER, Martina. *Deutschland und die europäische Zeitgeist. Kosmopolitische Dimensionen in der Literatur des Vormärz*. Bielefeld: Aisthesis Verlag, 1994, p. 91. (*Nichts ist also wichtig bei einem höheren Staatsbeamten, als welchen Begriff er eigentlich nach alle Richtungen hin von der Menschheit*).

8 Arquivo Nacional, IR 3/3, Berlin, 4 de Agosto de 1858.

9 Arquivo Nacional 3/3. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legações e Consulado do Brasil em Berlim, 1848-1872. Carta de Sturz de 5 de maio de 1856, Dresden. Destinatário não legível.

10 Carl F. P. von Martius, naturalista bávaro, participou juntamente com Johann von Spix de uma expedição científica pelo Brasil (1817-1820). Dessa expedição foram lançados três volumes da *Viagem pelo Brasil* (Reise in Brasilien). Von Martius venceu o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847, ao elaborar um plano para se escrever a História do Brasil. Neste texto premiado, von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico para garantir a identidade da nação em construção, ou seja, realizar a idéia da mescla das três raças. Ele manteve inúmeros contatos epistolares com Sturz.

11 Arquivo Nacional, IR 3/3, Sturz, Johann J., Berlin, 4 de agosto de 1858 (manuscrito sem título).

12 Citado por TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 132.

13 Arquivo Nacional, IR 3/3 Ministério dos Negócios Estrangeiros. 4 de agosto de 1846, p. 2.

14 Tavares Bastos (1839-1875) é considerado um dos expoentes do pensamento liberal brasileiro na segunda metade do século XIX. Foi parlamentar e publicista, destacando-se como abolicionista, descentralizador, adepto da modernização na área dos transportes, da política, da administração e das liberdades civis. Veja-se SILVA, Lúgia Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. In: *História econômica e história de empresas*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 3-31.

15 A denominação “cule” provém de Hindi, na Índia. Através da língua portuguesa espalhou-se para outras línguas ocidentais. Estes emigrantes da Ásia, em sua maioria chineses ou indianos, emigravam para regiões na Ásia, África, Caribe e Austrália, principalmente para trabalharem em áreas agrícolas. Veja-se REINHARDT, Wagner. *Deutsche als Ersatz für Sklaven*. Frankfurt a.M: Vervuert Verlag, 1995, p. 37.

16 Ibidem., p.

17 Memorando expondo as vistas do governo imperial a respeito da colonização e emigração para o Brasil. Códice 807, v.19. Memórias, maço número 3. Arquivo Nacional, R.J.p. 13 (S/D).

18 In: Times, 24 de julho de 1858. Tradução de J.J. Sturz. A importância dos jornaleiros asiáticos nas colônias inglesas e em outros payzes da Zona Torrida. Arquivo Nacional. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1848-1872. IR 3/3.

19 Arquivo Nacional, IR 3/3, Jornal *Debatts* de 7 de março, traduzido por Sturz.

20 Revista Americana. *Extrato do Relatório do Ex.^{mo} Ministro do Império appresentado à Assembleia Geral Legislativa em sessão de 14 de maio de 1847*, p. 17. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

21 Usamos aqui a tradução de 1978. Esta obra foi publicada em 1860, em Berlin. Recorremos a essa obra, pois Handelmann retomou algumas idéias de Sturz no prefácio da primeira edição e nas considerações finais.

22 SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M.C; & SANTOS, R.V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 43.

23 STURZ, Johann J. *Die Krisis der Deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*. Berlin: Sieckthier, 1862, p. 80-84. (...daß alle Kreuzungen nicht besonders viel taugen).